



POLÍTICA OPERÁRIA

Apesar do 29M, passividade ainda amarra as direções sindicais

O dia 29 de maio marcou uma virada na situação política com os atos massivos em centenas de cidades do País. As direções políticas foram surpreendidas, fazem balanços mencionando o êxito, ocultando a própria responsabilidade pela política de passividade que amarró os movimentos, enquanto o governo se sentiu muito à vontade para fazer todo tipo de ataque. O resultado da política conciliadora da absoluta maioria da esquerda, que pregava o "Fique em casa", inacessível para a ampla maioria da população. O resultado foi catastrófico. Estamos chegando a meio milhão de mortos, sendo a maioria das camadas mais exploradas da sociedade, que se contaminou na busca diária da sobrevivência.

As direções burocráticas se dividiram em torno dos rumos da crise política. Uma ala quer potenciar o impeachment, outra pretende aguardar 2022. Ambas fazem das massas mero trampolim para suas aspirações eleitorais. É sintomático que a classe operária tenha estado ausente do 29M. Não houve o chamado e as assembleias nas portas de fábrica e garagens. Para mobilizar a classe, o movimento precisa colocar em primeiro plano a luta contra o fechamento de fábricas e demissões; pela recuperação dos direitos trabalhistas destruídos. Por salário mínimo vital e escala móvel de salários, diante da alta do custo de vida. A preparação do 19J tem mostrado que as direções sindicais permanecem no campo da conciliação e do eleitoralismo.

A vanguarda combativa deve seguir batalhando para romper a passividade, retomar os métodos presenciais de luta e potencializar as reivindicações mais sentidas dos empregados, subempregados e desempregados. É por



essa via que nos colocaremos no terreno da independência de classe, abrindo a possibilidade de derrubar o governo Bolsonaro e propagandear a estratégia de poder própria do proletariado, o governo operário e camponês, fruto da revolução proletária.

Continua vigente a bandeira de romper a passividade, lutando por um plano emergencial próprio dos explorados com:

- 1) *empregos a todos, com redução da jornada, sem reduzir os salários, e estabilidade;*
- 2) *reajuste dos salários de acordo com a inflação, aumento real e recuperação das perdas;*
- 3) *salário mínimo vital, que cubra as reais necessidades da família trabalhadora;*
- 4) *direitos trabalhistas, com o fim da terceirização, emprego com carteira assinada a todos, trabalho igual, salário igual, e fim da discriminação salarial e empregatícia das mulheres e negros;*
- 5) *imediate e ampla vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis.*

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.

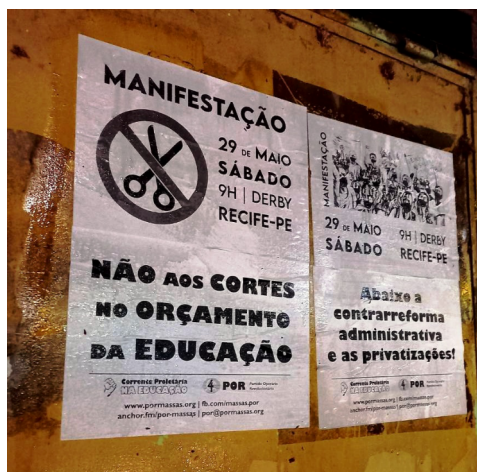


**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Erguer a luta contra os cortes na Educação

As direções dos movimentos estudantil, docente e de técnico-administrativos ecoa a denúncia das burocracias universitárias de que as Universidades Federais correm o risco de parar, com o orçamento de 2021, cortado, condicionado a liberação de partes pelo Congresso Nacional e contingenciado por decreto de Bolsonaro. A imprensa burguesa também ecoa essas informações, inclusive com as consequências excludentes de expulsão dos estudantes mais pobres, diante dos cortes nas políticas de assistência estudantil. Para além das denúncias e informações, o fundamental é responder o que fazer nessa conjuntura.

Vejamos o que aponta a direção do ANDES-SN no InformAndes de Maio, ao mesmo tempo em que o editorial chama às ruas, a matéria sobre os cortes no orçamento dá destaque às orientações do "assessor parlamentar do ANDES-SN" Anderson Alves de Souza que defende que ante a pandemia, não é possível um movimento de resistência presencial, por isso o caminho é uma constante "pressão e a



articulação junto aos parlamentares no Congresso Nacional (...)" . Ora, o que a direção faz é manter o movimento atrelado às reitorias e ao parlamento no inócuo jogo das pressões parlamentares. Oculta que o corte no orçamento da saúde, educação, previdência, etc. foi pactuado com o Congresso Nacional, justamente para acomodar as volumosas emendas parlamentares, que só crescem conforme a crise política torna o apoio dos parlamentares mais caro.

Já está mais do que provado que a substituição das lutas presenciais pelas encenações virtuais e atos "híbridos" ou "simbólicos" é completamente incapaz de frear os ataques que estamos enfrentando.

Que a direção do Andes seja consequente na defesa da retomada dos métodos presenciais de luta e, junto às outras entidades do funcionalismo e educação, se coloque por convocar os comitês e assembleias presenciais que exijam a liberação do orçamento e ampliação conforme a necessidade de financiamento estatal integral, conforme valores calculados pelas assembleias gerais universitárias.

A contrarreforma administrativa e as ilusões parlamentares no ANDES-SN

No dia 09 de Junho foi realizado um "ato simbólico" do Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais (Fonasefe) para "pressionar" os parlamentares contra a PEC 32 (Reforma Administrativa). Na ocasião, foi entregue um abaixo-assinado virtual direcionado ao presidente da Câmara, Arthur Lira, promovido pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público. A direção do Andes divulga sua participação em tais atos, ou realizar lives, como uma satisfação aos sindicalizados de que estão fazendo alguma coisa. Trata-se de uma aparência de enfrentamento, de uma encenação.

Em vez de se limitar às denúncias dos malefícios da PEC 32 ou apelar ao Congresso Nacional vendido, as direções precisam mobilizar suas categorias para erguer um poderoso movimento, para usar os métodos históricos

da classe operária como as greves, grandes marchas e bloqueios de avenidas e rodovias. Essa luta, precisa estar unida à luta dos trabalhadores das estatais, também atingidos pela PEC 32 e pelas privatizações dos Correios, Eletrobrás, Petrobrás, Metrô e outras empresas. A luta contra o fim da estabilidade do funcionalismo, precisa se vincular à defesa da estabilidade a todos os trabalhadores. O combate ao avanço da terceirização não pode se dar à margem da defesa da efetivação dos atuais terceirizados, que devem ser efetivados com salários e direitos iguais. A luta para derrubar e enterrar a PEC é parte da luta contra a sangria das riquezas nacionais para pagar os juros e amortizações aos credores da dívida pública, o capital financeiro, por isso é parte da tarefa de erguer uma Frente Única Anti-imperialista.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

12º CONAD Extraordinário: mais um encontro virtual

Nos dias 02, 03 e 10 de julho ocorrerá mais um Conselho do Andes-SN (CONAD) Extraordinário. Ocorre por deliberação do CONAD anterior, também extraordinário e realizado de forma remota. Ocorre na contramão da mobilização mais atual, ampliando a contradição entre o discurso da direção do sindicato e a prática a que é obrigada a seguir diante da mobilização nas ruas do dia 29 de maio.

Como os CONADs anteriores, traz a discussão sobre conjuntura, questões organizativas e financeiras e o plano de luta dos setores. Acontece também em um momento de piora da condição das universidades, a qual ficou estampada nos principais meios de comunicação: as universidades estaduais e federais estão com os orçamentos quebrados, com dificuldades de manter serviços básicos e anunciando interrupção de semestres, caso os orçamentos não sejam descontingenciados e os cortes não sejam revertidos. Houve, inclusive, no caso do Rio até apresentação de projeto, por parte de um deputado direitista, para acabar com a universidade estadual, a UERJ.

Nessa conjuntura, um CONAD Extraordinário virtual que também aprova medidas virtuais, que não extrapolam o mundo das redes sociais, é inócuo. Ocorrerá apenas por uma formalidade democrática, não por uma necessidade do momento atual.

O momento, como sabemos, exigiu e exige as mobilizações de rua, as paralisações das atividades econômicas, os grandes atos e a construção das greves em todos os setores.

A direção do ANDES-SN – seguindo a posição das centrais sindicais, inclusive a CSP-Conlutas, arrastadas pela política burguesa do isolamento social – fechou as seções e o sindicato por mais de um ano. Todas as atividades presenciais foram contidas, impedidas e tornadas “profanas”, “contrárias” à vida. Agora, com o ainda alto contágio, o ainda alto número de mortos, vemos esta mesma direção tendo que assumir e chamar os atos de rua de 19 de junho (19J), convocando-os a serem “maiores que o de 29 de maio”.

O que mudou na situação? A ideia de realizar uma atividade com dezenas de militantes, como para realizar um CONAD presencial, de forma controlada e segura, era

impossível e impensável, agora, no entanto, podemos ir para as ruas com dezenas de milhares de manifestantes!

O que mudou é que parcelas significativas da juventude e de trabalhadores cansaram do “mundo virtual”, cansaram da política burguesa do isolamento social, que fracassou em salvar vidas pois a aplicação da ciência, no capitalismo, é bloqueada pelo imperativo da proteção do capital e dos lucros. Por isso, centenas de milhares pelo Brasil saíram às ruas no dia 29 de maio, “surpreendendo” todas as direções sindicais, inclusive a do ANDES-SN.

Agora, estas mesmas direções correm para disciplinar o movimento das ruas, centralizando a luta em torno desta bandeira eleitoral que é o “Fora Bolsonaro”. Temos que sair às ruas com as reivindicações mais sentidas e que unificam todos os trabalhadores, como a defesa dos empregos,

dos salários, dos direitos e de vacina para todos, começando pelos pobres e miseráveis. A consigna de “Fora Bolsonaro” (e “Mourão”) funciona apenas para desgastar o governo preparando o caminho para as eleições de 2022, enquanto isso as massas sofrem com a mortandade, a miséria, a fome e a retirada de direitos básicos.

Com a nova experiência do dia 19 de junho, o que temos pela frente é a retomada geral das lutas coletivas, de rua, massivas, que podem, de fato, e não por recurso retórico, colocar o governo contra a parede, a partir das reivindicações gerais e mais sentidas. É preciso também que CSP-Conlutas, ao qual o ANDES-SN é filiado, convoque a classe operária para as manifestações e exija das demais centrais a mesma convocação.

É urgente a retomada da realização de reuniões, assembleias, comitês e novas atividades de forma presencial para que, retomando a organização nas universidades, nos espaços públicos, retomemos a luta organizada nas ruas e coloquemos as bandeiras específicas do setor, como a luta contra os cortes e a intervenção federal nas universidades, para pôr abaixo a contrarreforma administrativa e ao lado das bandeiras gerais de emprego, salários e direitos.

Com a nova experiência do dia 19 de junho, o que temos pela frente é a retomada geral das lutas coletivas, de rua, massivas, que podem, de fato, e não por recurso retórico, colocar o governo contra a parede, a partir das reivindicações gerais e mais sentidas.

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



Nova
Coleção
Editorial

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Lições da
Comuna de Paris

Março / Maio de 1871

Desemprego cresce no início de 2021

Os dados do IBGE, divulgados em maio, revelam a maior taxa de desemprego da última década. Chegamos oficialmente a 14,7% da população economicamente ativa, atingindo cerca de 14,8 milhões de pessoas. Em um ano, quase dois milhões de pessoas perderam o emprego.

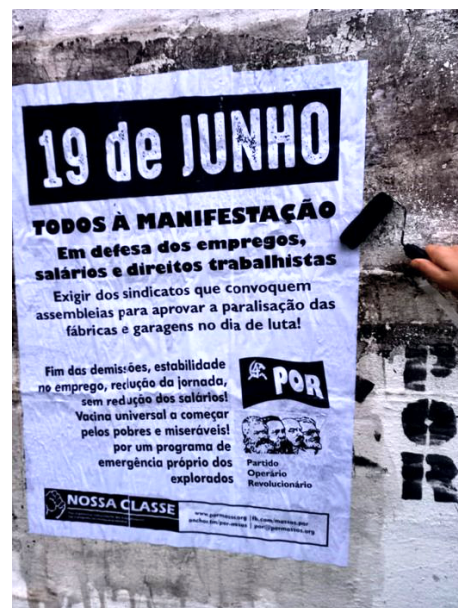
Considerando os trabalhadores que desistiram de procurar emprego, os chamados “desalentados”, temos mais 6 milhões de desempregados, um aumento de 25,1% frente o ano de 2020.

Atualmente, apenas 48,4% das pessoas em idade de trabalhar estavam ocupadas contra 54,5% do último trimestre de 2020, ou seja, apenas 85,7 milhões de pessoas estavam trabalhando, mostrando o aumento da situação de miséria que atinge a maioria da população. Se olharmos apenas para a juventude (entre 18 a 24 anos), a taxa de desemprego chega a 31%, revelan-

do a profunda destruição da força viva de trabalho, a falta de perspectiva para uma geração inteira que se vê à margem do sistema produtivo.

Esta realidade não pode ser ocultada pelos sindicatos, pelas centrais sindicais. É preciso mais do que nunca defender a luta geral pelos empregos, o que significa defender as bandeiras de estabilidade, de organização pelos governos das frentes de trabalho, de defesa da redução das jornadas, sem redução dos salários e, por fim, a defesa da escala móvel das horas de trabalho, isto é, a divisão das horas de trabalho entre todos os aptos ao trabalho produtivo.

Estas bandeiras, todas ligadas à defesa do emprego, devem ser centrais na luta contra a miséria e a fome. As campanhas de “solidariedade”, que muitos sindicatos encampam, atua para desresponsabilizar o Estado e os capitalistas pela barbárie social. Em



vez da eleitoreira bandeira do “Fora Bolsonaro”, devemos criar um movimento nacional em defesa das reivindicações que unificam o conjunto dos trabalhadores: emprego, salários e direitos!

Morte de negros pela polícia é expressão da barbárie capitalista

Os casos de assassinatos de negros por parte da polícia têm se sucedido com crescente velocidade. Alguns geram repercussão nacional, como a chacina no Jacarezinho e o assassinato da jovem negra grávida Kathlen Romeu, de 24 anos, outros caem no esquecimento e, no máximo, compõem as frias estatísticas. As raízes da violência policial não podem mais ficar ocultas sob a indignação de cada caso particular, é preciso expor seus vínculos com o capitalismo para levantar um movimento de resistência coerente e poderoso, para além das palavras reformistas ou pacifistas de “reforma da polícia”, “desmilitarização”, “controle social das polícias” etc.

As polícias funcionam como braço armado da burguesia e seus governos, e as raízes de sua violência, bem como do preconceito racial, se encontram na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho assalariado, na manutenção do imenso exército de desempregados e subempregados e na miséria que é imposta aos moradores das favelas e das quebradas, ou seja, se encontram na divisão da sociedade em classes. Esse é o conteúdo de classe do problema, que os reformistas insistem em ocultar.

Isso expõe a necessidade de unificar a luta contra a



matança dos pretos e pretas com a luta pelas necessidades mais sentidas dos trabalhadores, empregados e desempregados, contra a fome e a miséria. É por esse caminho que será possível canalizar a revolta das massas para ações concretas contra o Estado e seus governos assassinos. É necessário defender o fim de todo aparato repressivo do Estado burguês e a criação de comitês de autodefesa nas favelas, periferias e bairros operários.